



**CONEDU**  
Congresso Nacional de Educação  
18 a 20 de Setembro de 2014

## **O PROFESSOR DE LÍNGUA MATERNA: UM LINGUISTA EM SALA DE AULA**

**Camila Gomes Chung Nin<sup>1</sup>**

### **INTRODUÇÃO**

Este artigo se propõe a fazer uma breve discussão sobre o papel do professor de Língua Portuguesa nas escolas brasileiras e, também, comentar o fracasso dessa disciplina ao longo da vida escolar de muitos alunos. Essa breve proposta de análise foi realizada a partir da leitura de seis textos básicos que englobam a literatura da variação linguística e do preconceito linguístico.

### **O FRACASSO DA LÍNGUA MATERNA EM SALA DE AULA**

O ensino da língua portuguesa é um dos grandes desafios da escola. Tal afirmação pode parecer paradoxal, uma vez que o português é a língua materna dos alunos brasileiros e que, antes mesmo do processo de escolarização, as crianças já possuem o domínio da língua materna no dia a dia.

De acordo com pesquisas contemporâneas é possível afirmar que o processo de aquisição da linguagem tem início muito cedo na vida dos indivíduos.

Usando a técnica de Sucção Não Nutritiva (High-Amplitude Sucking - HAS), Eimas e colaboradores observaram que bebês de um a quatro meses percebem diferenças acústicas relativas à sonoridade que distingue /p/ e /b/. Desde então, vários estudos com essa técnica obtiveram evidência de sensibilidade de bebês, recém-nascidos ou em seus primeiros meses de vida, a estímulos linguísticos (NAME, 2012, p.284).

Por volta dos três anos de idade, a criança já possui um amplo vocabulário e apesar de ainda não ter noções mais abstratas, ela se comunica com habilidade. O que ocorre então alguns anos mais tarde no processo de

---

<sup>1</sup> Aluna da graduação em letras UERJ. E-mail: [camila.nin@gmail.com](mailto:camila.nin@gmail.com). Orientadora: Carmen Lucia Guimarães de Mattos – UERJ.



alfabetização e prossegue nas etapas posteriores com o aprendizado da língua portuguesa? É o que será discutido a seguir.

## **A GRAMÁTICA NORMATIVA**

A origem das gramáticas está associada à necessidade de descrever uma língua com cuidado e também de prescrever o uso correto da mesma. Nesse sentido, a visão normativa nos faz acreditar que há uma única maneira correta de usar a língua. E já que essa norma é prescrita por fontes que possuem certa autoridade, as demais variedades linguísticas são consideradas inferiores e incorretas.

A gramática tradicional, ao fundamentar sua análise na língua escrita, difundiu falsos conceitos sobre a natureza da linguagem. Ao não reconhecer a diferença entre língua escrita e língua falada passou a considerar a expressão escrita como modelo de correção para toda e qualquer forma de expressão linguística. A gramática tradicional assumiu desde sua origem um ponto de vista prescritivo, normativo em relação à língua (PETTER, 2002, p.19).

Vem dessa concepção equivocada, que não distingue língua escrita e língua falada, a ideia de que há uma maneira correta de falar e que ela deve ser usada a partir da norma prevista na gramática tradicional. Tal atitude vem gerando conceitos equivocados e até mesmo preconceitos.

É preciso que fique claro que em toda e qualquer comunidade, a fala sempre precedeu a escrita. Nesse sentido, há um grande equívoco por parte da própria sociedade ao afirmar e querer que seus indivíduos falem conforme as regras gramaticais estabelecidas pela gramática que prescreve uso do registro escrito e não do oral.

E ainda assim, há diversas críticas teóricas e metodológicas sobre esse uso prescrito para a língua escrita que encontramos nas gramáticas. A grande dificuldade é conseguir fazer com que o aluno não apenas decore “o certo”, mas compreenda de que maneira se chega àquela regra. Nesse sentido, a proposta da gramática descritiva, que observa e analisa os fenômenos



linguísticos, pode ser uma saída. Mas ela ainda não é realidade no cenário da educação.

## **O PRECONCEITO LINGUÍSTICO**

Uma vez que somos fruto de um contexto social, carregamos essa bagagem em todos os aspectos de nossas vidas e não poderia ser diferente com a linguagem. Petter (2002, p.11) afirma que “a linguagem é relativamente autônoma; como expressão de emoções, ideias, propósitos, no entanto, ela é orientada pela visão de mundo, pelas injunções da realidade social, histórica e cultural de seu falante”.

Como definirá Azeredo, a língua é um bem cultural.

A língua é, antes de mais nada, uma herança social e histórica; graças a ela, trazemos dentro de nós o mundo tal como a comunidade humana a que pertencemos o construiu e organizou, com suas entidades reais e imaginárias, com suas formas de organização social e convenções de relacionamento interpessoal, com seus ritos de lazer e de devoção, seus valores de generosidade e mesquinhez, direitos e deveres, tabus e mitos. (AZEREDO, 2006, p. 14)

Nesse sentido, a maneira de falar de cada indivíduo está intimamente relacionada às origens geográfica e social. Por isso, a fala de cada um contém marcações próprias. Essa constatação é facilmente perceptível no caso dos sotaques, por exemplo. Falantes do português brasileiro nascidos nas regiões Nordeste e Sudeste possuem uma prosódia específica e um léxico também. Essa comparação também é válida dentro de uma mesma cidade. No Rio de Janeiro, por exemplo, conseguimos notar as diferenças entre os falantes da zona sul e os da zona norte.

Cardoso (1988, p. 232) afirma que “se intimamente se liga à cultura do povo que dela faz uso, a língua, necessariamente, refletirá a diversidade e a variabilidade desse mesmo povo”.



**CONEDU**  
Congresso Nacional de Educação  
18 a 20 de Setembro de 2014

A essas diferenças, a Linguística dará o nome de variação e não fará nenhum tipo de juízo de valor sobre elas. “Ora, se todas as formas de expressão da língua dão conta de sua função social, todas essas formas são, por conseguinte, meios autênticos e legítimos de expressão naquela língua.” (Idem, p. 234)

No entanto, a mídia e a própria sociedade acabam estigmatizando a variação, corroborando para a continuidade de uma falácia: a de que há uma maneira correta de falar.

## **QUANDO O PRECONCEITO ESTÁ NA ESCOLA**

Compreender que a variação existe e que ela é fruto dessa língua que é viva e se transforma e, ao mesmo tempo, conseguir tornar o aluno hábil na utilização do que é considerada a norma socialmente prestigiada, é tarefa do professor de língua portuguesa.

Mas, infelizmente, muitas vezes o preconceito está dentro da escola, por falta de informação e formação do profissional que irá atuar em sala de aula. “A escola, durante muito tempo (e, em grande medida, até hoje), além de ensinar pessoas a ler e escrever, também ensinava (ensina) um conjunto de noções falaciosas sobre língua e linguagem” (BAGNO, 2009, p.19).

Entender a diferença entre a língua escrita e língua falada pode ser o primeiro passo. Além disso, ter claro que muitas vezes essa língua que estudamos na gramática normativa está muito distante da que falamos.

Esforçar-se para que o aluno conheça de cor o nome de todas as classes de palavras, saiba identificar os termos da oração, classifique as orações segundo seus tipos, decore as definições tradicionais de sujeito, objeto, verbo, conjunção etc. – nada disso é garantia de que esse aluno se tornará um usuário mais competente da língua mais monitorada. (BAGNO, 2009, p. 144)



**CONEDU**  
Congresso Nacional de Educação  
18 a 20 de Setembro de 2014

Por isso, a função desse profissional que terá em sala as mais diversas variantes é promover o conhecimento dessa norma padrão da escrita de maneira significativa. Antes de o aluno compreender as normas, cabe ao professor ser um linguista em sala de aula, respeitando a diversidade da língua e possibilitando que seus alunos conheçam e dominem o registro escrito da norma de prestígio.

A função da escola, e conseqüentemente do professor de língua portuguesa, é dar a todo estudante, ao falante, o conhecimento da diversidade da língua, da pluralidade de normas com as quais convive, a conscientização da norma de que faz uso e a possibilidade de integração com a norma de maior prestígio social, para que a língua não se torne um instrumento de opressão, de inibição, de castração da criatividade individual, mas se converta num mecanismo eficaz de socialização do conhecimento e da cultura. (CARDOSO, 1988, p. 235)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O que pode fazer a escola e, mais especificamente, o professor quando o assunto é a variação linguística? Ao mesmo tempo, como habilitar crianças e jovens ao uso da norma de prestígio, fazendo dessa aprendizagem algo significativo para a vida?

Nesse breve artigo, me propus a discutir os aspectos históricos que nos levam a uma triste realidade: o fracasso da língua portuguesa nas escolas. O caminho é longo e são vários os desafios, entre eles a quebra de preconceitos da própria sociedade e conseqüentemente da escola.

Se falar é diferente de escrever, professores de língua materna em todo o país devem se conscientizar do papel político que exercem em sala de aula: legitimar a fala do outro é antes de tudo reconhecer o outro. E dar aos alunos instrumentos que os habilitem para o uso da norma padrão não significa sem deixar de reconhecer as particularidades que há em cada um de nós.

## **REFERÊNCIAS**



AZEREDO, J. (2006) O texto: suas formas e seus usos. In: Pauliukonis, M; Santos L. W. (Org.). **Estratégias de Leitura: Texto e Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. 192p.

BAGNO, M. **Não é errado falar assim!** Em defesa do português brasileiro. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

\_\_\_\_ **Preconceito Linguístico: O que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 2009

CARDOSO, S. (1988) Língua: meio de opressão ou de socialização? In: Ferreira, C. et alii. **Diversidade do Português do Brasil**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA

PETTER, M. (2002) Linguagem, língua, lingüística. In: Fiorin, J. L. (org). **Introdução à Linguística I**. São Paulo: Contexto.

NAME, Cristina. **O que nos dizem os resultados experimentais sobre a percepção da fala pelo bebê**. Disponível em <http://www.ufjf.br/revistaveredas>. Acesso em: 31 jul. 2014.